

Submitted: Feb 16th, 2024
Approved: Mar 22th, 2024

Assistência de enfermagem a população transgenero no serviço de saúde público

Nursing assistance to the transgender population in public healthcare

Cuidados de enfermería a la población transexual en la sanidad pública

Matias Gonçalves

Bacharelado em Enfermagem pelo Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (UNIFATEC)

Instituição: Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (UNIFATEC)

Endereço: Curitiba, Paraná, Brasil

E-mail: Matias25905@unifatecpr.com.br

Flaviane Andreele Jacinto da Silva

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná

Instituição: Centro Universitário de Tecnologia de Curitiba (UNIFATEC)

Endereço: Curitiba, Paraná, Brasil

E-mail: flaviane.silva@unifatecpr.com.br

RESUMO

Introdução: A pesquisa investiga como a equipe de enfermagem tem atendido a população transgênero nos serviços de saúde, destacando desafios como falta de preparo, preconceito e necessidade de respeito aos direitos e especificidades dessa população. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, narrativa de caráter descritivo e qualitativa. **Resultados:** Foram selecionados 15 artigos para análise. Da análise de temática comum, surgiram três classes para debate: “A Ótica da Equipe de Enfermagem Diante das Demandas em Saúde da População Transgênero”, “Vivência dos Usuários Transgêneros nos Serviços de Saúde” e “APS no Acolhimento a pessoa Transgênero”. **Conclusão:** São urgentes as necessidades de capacitação dos profissionais de enfermagem e a inclusão da temática em amplo debate em todos os campos, a fim de melhorar a assistência de enfermagem e promover a universalidade, equidade e a integralidade preconizadas pelo SUS.

Palavras-chave: cuidados de enfermagem, enfermagem, pessoas transgênero, minorias sexuais e de gênero, Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT

Introduction: The study investigates how nursing teams have been attending to the transgender population in healthcare services, highlighting challenges such as lack of preparation, prejudice, and the need for respect for the rights and specificities of this population. **Methodology:** This is a bibliographic, narrative review with a descriptive and qualitative approach. **Results:** Fifteen articles were selected for analysis. From the

thematic analysis, three categories emerged for discussion: "The Perspective of Nursing Teams on the Health Demands of the Transgender Population," "Experiences of Transgender Users in Healthcare Services," and "Primary Healthcare in the Reception of Transgender People." Conclusion: The urgent need for nursing professionals to receive adequate training and for the topic to be broadly debated in all fields is evident, aiming to improve nursing care and promote the universality, equity, and comprehensiveness advocated by Brazil's Unified Health System (SUS).

Keywords: nursing care, nursing, transgender persons, sexual and gender minorities, Unified Health System.

RESUMEN

Introducción: La investigación indaga cómo el equipo de enfermería ha atendido a la población transexual en los servicios de salud, destacando retos como la falta de preparación, los prejuicios y la necesidad de respetar los derechos y especificidades de esta población. **Metodología:** Se trata de una revisión bibliográfica descriptiva y cualitativa narrativa. **Resultados:** Se seleccionaron 15 artículos para el análisis. Del análisis de los temas comunes, surgieron tres clases para debate: «Perspectiva del equipo de enfermería sobre las demandas de salud de la población transexual», «Experiencia de los usuarios transexuales en los servicios de salud» y «La APS en la acogida a las personas transexuales». **Conclusión:** Urge capacitar a los profesionales de enfermería e incluir el tema en un amplio debate en todos los ámbitos, para mejorar los cuidados de enfermería y promover la universalidad, equidad e integralidad preconizadas por el SUS.

Palabras clave: cuidados de enfermería, enfermería, personas transgénero, minorías sexuales y de género, Sistema Único de Salud.

1 INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão da temática, é fundamental distinguir as terminologias transgênero, cisgênero, orientação sexual e identidade de gênero. A clareza sobre esses conceitos contribui para desmistificar preconceitos, ampliar o entendimento sobre a diversidade de experiências e fomentar um ambiente de respeito e inclusão (DE SÁ; RICCI, 2024).

A orientação sexual refere-se à atração sexual, emocional ou afetiva de um indivíduo por outras pessoas, independentemente do gênero. Já a identidade de gênero diz respeito à experiência interna e pessoal de cada indivíduo em relação ao próprio gênero, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. O termo cisgênero designa pessoas cuja identidade de gênero está em conformidade com o sexo atribuído ao nascimento, como alguém nascido com sexo biológico feminino que se identifica com o gênero feminino. Por outro lado, mulheres transexuais são pessoas que foram designadas

como do gênero masculino ao nascer, mas se identificam como mulheres e reivindicam esse papel social. Já os homens trans são pessoas designadas como do gênero feminino ao nascimento, mas que se identificam e se reconhecem como homens, assumindo o papel social masculino (MACEDO, 2024).

A falta de compreensão sobre identidade de gênero e orientação sexual pode resultar em discriminação, marginalização e exclusão desses indivíduos, gerando angústia, inadequação, medo e estigma social (GOMES *et al.*, 2021). Segundo Santo *et al.* (2019), tanto a identidade de gênero quanto a orientação sexual são reconhecidas como direitos humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), garantindo proteção e não discriminação a esses grupos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura o direito à saúde como universal e dever do Estado, sendo o Sistema Único de Saúde (SUS) responsável por oferecer assistência gratuita a toda a população, baseado nos princípios de universalidade, equidade e integralidade. Nesse contexto, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais por meio da Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, posteriormente consolidada pela Portaria GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017. Essa política contempla ações como o Processo Transexualizador e a utilização do nome social, visando reduzir desigualdades, preconceitos e intolerâncias enfrentadas por essa população no sistema de saúde (Brasil, 2013).

Apesar desses avanços, a realidade do atendimento equitativo ainda é um desafio para a população transgênero. A falta de preparo e formação dos profissionais de saúde dificulta o entendimento sobre as necessidades específicas dessa população, perpetuando um padrão de assistência enraizado no modelo biomédico e nos paradigmas heteronormativos e cisgêneros (SILVA, 2020). A desconsideração do uso do nome social durante o acolhimento ou atendimento representa uma violação dos direitos civis desses usuários, causando constrangimento e afastamento dos serviços de saúde (GOMES *et al.*, 2021).

A equipe de enfermagem, como linha de frente na assistência à saúde, tem a responsabilidade de compreender as necessidades específicas e os desafios enfrentados pela população trans. Essa compreensão é essencial para garantir um cuidado integral e de qualidade. A enfermagem, enquanto profissão centrada no cuidado, deve atuar de forma ética e isenta de discriminação ou preconceito, garantindo que os direitos dessa população

sejam respeitados (SILVA *et al.*, 2023; GOMES *et al.*, 2021).

Diante do exposto, surge a pergunta de pesquisa: “Como está acontecendo o atendimento pela equipe de enfermagem nos serviços de saúde à população transgênero?”. Esta pesquisa tem como objetivo investigar, por meio da literatura, como a atenção à saúde dessa população vem sendo realizada pela equipe de enfermagem.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica narrativa de caráter descritivo e qualitativo, sendo a revisão bibliográfica narrativa um método de pesquisa que busca nas fontes de informação trazendo o fundamental teórico sobre a temática e uma análise da literatura publicada em livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações entre outros, ou seja, a revisão narrativa, consiste basicamente em um processo que busca analisar e descrever um determinado campo do conhecimento objetivando responder a uma pergunta específica (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020).

A pesquisa descritiva tem o foco de descrever os estudos existentes, suas metodologias, achados e contribuições. Não há a intenção de quantificar os dados, mas sim de proporcionar uma compreensão detalhada e contextualizada da pesquisa publicada e trazer evidências qualitativas ao estudo. Contudo a pesquisa qualitativa é um método em que o pesquisador encarregasse de evidenciar um conjunto de práticas que busca compreender um fenômeno em seu contexto natural (BATISTA, 2021).

A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2024, a busca dos artigos foi feita nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Biblioteca Digital Scientific Electronic Library Online* (SciELO), devido a escassez de artigos sobre a temática nos bancos de dados também foi utilizada a plataforma de pesquisa Google Acadêmico para busca dos artigos, onde encontrou-se uma maior gama de estudos abordando o tema. Utilizando-se os descritores: Cuidados de Enfermagem; Enfermagem; Pessoas Transgênero; Minorias Sexuais e de Gênero e Sistema Único de Saúde, encontrados no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) da Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando o operador booleano “AND” e “OR” para associá-los durante o cruzamento dos descritores.

Os critérios de inclusão são de artigos que se relacionassem com a pesquisa

proposta, no idioma em português, textos completos, nos anos de 2019 a 2024. Já os critérios de exclusão foram de artigos que não abordassem os serviços de saúde do SUS, nem a população trans ou a assistência de enfermagem, artigos duplicados, artigos não disponíveis no acervo online.

3 RESULTADOS

Um total de 91 artigos foi inicialmente identificado nas bases de dados. Após a remoção de duplicatas, 63 estudos foram selecionados para análise de títulos. Destes, 35 foram excluídos por não abordarem a saúde da população transgênero ou por não focarem nos cuidados de enfermagem. Assim, 28 artigos seguiram para análise completa, sendo 13 descartados por não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos. Ao final, 15 artigos foram selecionados para análise qualitativa. As informações extraídas dos estudos foram organizadas em uma planilha contendo os seguintes dados: título, autores, periódico de publicação e conclusões. A identificação dos artigos foi representada pelo caractere “A”, seguido por um número crescente, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Organização dos Resultados

ID	Título	AUTORES	Revista	Objetivo	Conclusão
A1	A Perspectiva do Enfermeiro no Cuidado Diante da Pessoa TRANS.	Duarte, D.D, et al.	<i>Research, Society and Development</i>	Identificar o que a produção científica revela sobre a assistência de enfermagem prestada ao público TRANS.	O estudo relata sobre o olhar e preparo do enfermeiro diante das demandas de saúde da comunidade TRANS. A individualidade, o contexto de vulnerabilidades social, a discriminação, preconceito, negligência e marginalização sofridos por estas pessoas na assistência de enfermagem deixa explícito a necessidade de inserção de medidas de educação continuada e a abertura do diálogo sobre a temática no âmbito acadêmico. Com a finalidade de preparar os profissionais no que concerne as necessidades de saúde destas pessoas, objetivando um cuidado digno, respeitoso e equalitário.
A2	Autonomia e Integração dos Usuários Transexuais em Estratégia de Saúde da Família.	GOMES, D.F, et al.	Revista Enfermag em Atual In Derme.	Identificar as publicações indexadas em banco de dados; caracterizar essas produções e analisar os resultados com apoio na teoria do reconhecimento honnetiana, oferecendo uma síntese dessas publicações.	É evidente a necessidade de mudanças nos paradigmas que permeiam a assistência de enfermagem a população transgênero, afastando –se do modelo biomédico através de um olhar holístico e humanizado que compreenda a saúde e as determinantes sociais desta população. Visando a integridade e equidade no atendimento, bem como, uma sensibilização por parte dos profissionais de saúde objetivando um cuidado inclusivo e respeitoso, fortalecendo os laços entre os

Fonte: O autor, 2024.

Destacou-se uma maior prevalência de estudos da revista *Research*, Destacou *Society and Development*, sendo encontrados um total de 7 artigos deste periódico de publicação, compondo aproximadamente cerca de metade dos dados desta pesquisa.

Após a análise qualitativa dos dados e buscando responder à pergunta norteadora deste estudo, os resultados foram categorizados em três classes, de acordo com a similaridade entre os temas abordados. Cabe destacar que algumas referências aparecem em mais de uma classe. Nos artigos A1, A2, A5, A6, A7, A8 e A11, a análise evidenciou uma convergência nos estudos que abordam a percepção e o entendimento dos profissionais de enfermagem em relação à assistência oferecida e às demandas de saúde da população transgênero. Esse agrupamento resultou na “Classe 1: A Ótica da Equipe de Enfermagem Diante das Demandas em Saúde da População Transgênero”.

Já os artigos A3, A4, A9, A12, A13, A14 e A15 apresentam uma similaridade temática relacionada aos relatos de usuários transgêneros sobre suas experiências nos serviços de saúde disponibilizados pelo SUS. Dessa análise emergiu a “Classe 2: Vivência dos Usuários Transgêneros nos Serviços de Saúde”. Por fim, a análise dos artigos A1, A2, A5, A6, A7, A9, A10 e A14 destacou que, no âmbito dos serviços disponibilizados pelo SUS, a Atenção Primária à Saúde (APS) tem maior prevalência no atendimento à população transgênero. Esse agrupamento deu origem à “Classe 3: APS no Acolhimento à Pessoa Transgênero”.

4 DISCUSSÃO

A discussão será organizada de acordo com as categorias pré-estabelecidas nos resultados, uma abordagem que facilita a compreensão dos dados e proporciona uma análise estruturada e objetiva.

Classe 1: A ótica da equipe de enfermagem diante das demandas em saúde da população transgênero

A enfermagem deve atuar em conformidade com princípios éticos e legais, fundamentados em conhecimentos técnico-científicos. Por meio da gestão, ensino, pesquisa e assistência integral, universal e equitativa, o cuidado deve abranger os diferentes contextos socioambientais e culturais, atendendo indivíduos, famílias e comunidades (BECKER *et al.*, 2020).

No cuidado à saúde da população transgênero, é essencial que o enfermeiro adote uma perspectiva holística, identificando demandas específicas de saúde e promovendo medidas

de prevenção, promoção e assistência. Essa abordagem visa melhorar o acesso dessa população aos serviços de saúde e garantir cuidados de qualidade (LIMA *et al.*, 2021). Para oferecer um atendimento mais humanizado, o município de São Paulo instituiu protocolos que servem como ferramentas norteadoras para enfermeiros no acolhimento às demandas dessa população, sejam elas relacionadas à transexualidade ou outras condições. Esses protocolos orientam a construção de planos terapêuticos personalizados, considerando as necessidades e desejos de cada pessoa, com foco na integralidade e no respeito (SILVA; CARDOSO; SANTOS *et al.*, 2022).

Santos (2020) destaca que profissionais de enfermagem reconhecem a importância de uma assistência humanizada e não discriminatória aos usuários transgêneros nos serviços de saúde. No entanto, Fernandes *et al.* (2019) identificaram que a maioria dos enfermeiros entrevistados não possui conhecimento sobre políticas públicas ou especificidades de saúde voltadas a essa população, tanto durante a formação acadêmica quanto na educação continuada oferecida pelas instituições de saúde.

Duarte *et al.* (2020) reforçam que a ausência de conteúdos sobre saúde trans nas grades curriculares das instituições de ensino contribui para a lacuna de conhecimentos entre os profissionais. Segundo os autores, incluir a temática nas salas de aula e investir em ações de educação continuada são passos essenciais para dar visibilidade às demandas dessa população e promover uma assistência mais qualificada.

A Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, estabeleceu a obrigatoriedade do campo para nome social nos documentos de identificação utilizados no atendimento à saúde. Essa medida busca diminuir situações constrangedoras e discriminatórias enfrentadas por pessoas trans nos serviços de saúde (BRASIL, 2011).

Embora o uso do nome social facilite o acesso aos serviços, ainda há relatos de negligência por parte de profissionais de saúde, que frequentemente se referem aos usuários pelo nome de registro, ignorando o nome social registrado no prontuário. Essa prática, além de desrespeitosa, fere a dignidade humana e reforça a exclusão social. O uso correto do nome social e do pronome de identificação é fundamental para garantir respeito e reconhecimento (SILVA; LIMA; MACEDO *et al.*, 2021).

Vieira *et al.* (2022) apontam que a visão patológica sobre pessoas transgênero e a assistência limitada aos parâmetros binários de gênero tornam a vivência dessas pessoas nos serviços de saúde muitas vezes restritiva e humilhante. Isso leva ao afastamento dessa população dos cuidados em saúde.

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) atualizou a Classificação

Internacional de Doenças (CID-11), substituindo o termo "Transtorno de Identidade Sexual" por "Incongruência de Gênero", inserindo-o no grupo de Condições Relacionadas à Saúde Sexual. Essa mudança reflete um avanço na despatologização da transgeneridade, promovendo uma perspectiva baseada em direitos e no respeito à diversidade (SOMBRA NETO; LUZ, 2023).

Marques Filho *et al.* (2021) destacam que essa alteração é fruto de esforços conjuntos entre ativistas trans, pesquisadores e profissionais de saúde, marcando um novo modelo de atenção à saúde trans, centrado na dignidade e nos direitos humanos.

Nesse contexto, o enfermeiro, como líder na linha de frente do cuidado, deve assumir o papel de educador e implementar estratégias de acolhimento nos serviços de saúde. Essa postura contribui para a melhoria da assistência, especialmente em áreas específicas como tratamentos hormonais, e garante que os usuários trans tenham acesso a um atendimento respeitoso, pautado na integralidade, universalidade e equidade. Ouvir e atender às demandas dessa população é indispensável para promover uma assistência de saúde digna e inclusiva (CAMPOS; BASTOS; CAMPOS *et al.*, 2021).

Classe 2: Vivência dos usuários transgêneros nos serviços de saúde

Um grande avanço para a comunidade LGBT no âmbito da saúde pública no Brasil foi a criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, um documento que aborda as especificidades e necessidades dessa população. Essa política integra diretrizes, estratégias e metas sanitárias que visam garantir o acesso da população LGBT aos serviços de saúde do SUS. O Art. 2º, Inciso II, dispõe sobre a ampliação desse acesso, assegurando respeito, qualidade e resolutividade na prestação dos serviços de saúde (BRASIL, 2013).

No entanto, conforme destacado por Oliveira e Sprung (2020), apesar dos avanços significativos nas políticas públicas de saúde, a efetivação das normativas ainda é um desafio. Além da negligência com o uso do nome social, há um déficit expressivo no conhecimento dos profissionais de saúde sobre as demandas dessa população (ROCHA *et al.*, 2024).

Estudos realizados com pessoas trans relatam a diversidade de obstáculos enfrentados por homens e mulheres trans no acesso aos serviços do SUS. Entre as principais barreiras apontadas estão o desconforto e o constrangimento causados pelo tratamento inadequado, julgamentos morais e sociais, além de olhares, gestos e falas discriminatórias por parte de profissionais de saúde. Essas situações levam frequentemente à autoexclusão como estratégia de defesa (RIBEIRO; TILIO, 2019).

Quando se trata da saúde de pessoas transexuais, grande parte dos estudos científicos concentra-se em ISTs e HIV/AIDS, devido à maior vulnerabilidade dessa população a essas infecções. Essa susceptibilidade é atribuída a fatores como desconhecimento dos riscos, marginalização social, exclusão no acesso à saúde e educação, condições socioeconômicas desfavoráveis e, em muitos casos, a prostituição, especialmente entre mulher trans (SANTANA *et al.*, 2021).

Por outro lado, poucos estudos abordam outras vulnerabilidades em saúde enfrentadas por essa população. A negligência na prestação de cuidados direcionados à comunidade LGBT faz com que pessoas trans e travestis estejam entre os grupos mais desassistidos nos serviços de saúde pública (LEITE *et al.*, 2024). No que concerne ao Processo Transsexualizador (PT), os principais entraves relatados incluem burocracia, falta de capacitação dos profissionais, dificuldades para agendamento de consultas e exames, acesso à hormonioterapia e realização de cirurgias. Esses fatores inviabilizam uma assistência integral e equitativa (HANAUER; HEMMI, 2019).

Em relação à saúde sexual e reprodutiva, o Ministério da Saúde reforça que esses direitos são garantidos a todos os usuários do SUS. Nesse contexto, a prevenção de gravidez indesejada deve ser abordada para todas as pessoas com capacidade de gestar, incluindo mulheres homoafetivas e homens transexuais que não realizaram histerectomia (ARRUDA *et al.*, 2022).

No entanto, a saúde reprodutiva voltada para homens transexuais que desejam vivenciar a gestação ainda é amplamente invisibilizada nos serviços de saúde. A escassez de estudos sobre o tema reflete um processo contínuo de invisibilidade e desinformação, evidenciado pelas dificuldades enfrentadas por esses homens (COSTA NOVO, 2023).

Segundo Pereira *et al.* (2022), essa lacuna decorre da organização dos serviços de saúde sob a ótica da cisheteronormatividade, que restringe experiências como gravidez, parto e amamentação a mulheres heterossexuais e cisgêneras. Esse paradigma não apenas nega os direitos dos omens trans, mas também impacta negativamente sua saúde física e mental.

Classe 3: APS no Acolhimento a pessoa Transgênero

A Atenção Primária à Saúde (APS) é a principal porta de entrada dos usuários ao Sistema Único de Saúde (SUS), responsável pelo acolhimento inicial e pela articulação com a Rede de Atenção à Saúde. Nesse contexto, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) é um

modelo de assistência dentro da APS, composta por uma equipe multiprofissional que realiza ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e reabilitação de indivíduos, famílias e comunidades, orientadas pelos princípios do SUS.

Para os usuários transgêneros, o primeiro contato com o sistema de saúde ocorre frequentemente nos balcões das unidades de Atenção Básica. No entanto, de acordo com Gomes *et al.* (2019), profissionais de saúde reconhecem suas limitações no atendimento à população trans, destacando o déficit de conhecimento e qualificação desde sua formação acadêmica.

Silva *et al.* (2022) reforçam que, além da falta de preparo, há desinteresse de muitos profissionais em buscar informações que poderiam contribuir para uma assistência mais humanizada. Segundo os autores, questões de saúde relatadas por pessoas trans são frequentemente reduzidas à sua condição de transexualidade, refletindo preconceitos e negligência nas práticas assistenciais.

Ferreira *et al.* (2019) apontam que, na percepção de muitos profissionais das equipes de Saúde da Família, todos os usuários são tratados igualmente e sem discriminação. No entanto, essa suposta igualdade invisibiliza as demandas específicas da população trans, ignorando as dificuldades que enfrentam para acessar os serviços de saúde. Essa visão reforça a ideia equivocada de que a população trans é sempre bem atendida, o que contrasta com relatos frequentes de preconceito, marginalização e constrangimento vivenciados nos serviços, especialmente na APS.

Diante desse cenário, torna-se evidente a negligência, imprudência e imperícia de parte dos profissionais de saúde. Estudos revisados destacam consistentemente as barreiras enfrentadas por pessoas trans no SUS, como preconceito, discriminação, dificuldade de acesso, dor e angústia, agravadas pela invisibilidade de suas demandas na APS.

Nesse contexto, a enfermagem desempenha um papel crucial na APS, sendo central para a continuidade do cuidado e o fortalecimento do vínculo de confiança com usuários transgêneros. Cabe ao enfermeiro, como gestor do cuidado, realizar ações que promovam a saúde e garantam os direitos desses indivíduos no sistema de saúde. A atuação humanizada e especializada da enfermagem é essencial para assegurar uma assistência digna, inclusiva e respeitosa (DUARTE *et al.*, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a população transgênero enfrenta inúmeros obstáculos no atendimento prestado pelos serviços do SUS, especialmente na Atenção Primária à Saúde

(APS). Ressalta-se que a APS, como porta de entrada do sistema, tem o dever de oferecer atendimento qualificado e integral, em conformidade com as diretrizes do SUS.

Os resultados revelaram uma grave lacuna nos conhecimentos dos profissionais de enfermagem quanto ao acolhimento e à compreensão das necessidades específicas de saúde dessa população. Esse déficit de conhecimento tem origem na formação social, cultural desde as escolas e universidades, onde o tema é insuficientemente abordado. Assim como na falta de implementação de protocolos e diretrizes que orientem os cuidados a pessoas transgênero nos serviços de saúde, particularmente na APS.

Condições como uma visão heteronormativa, julgamentos morais e sociais, desconsideração do uso do nome social, bem como olhares e falas preconceituosas, comprometem o acolhimento e a assistência. A invisibilidade dessa população em ações de promoção da saúde inviabiliza um atendimento de qualidade, integral e alinhado aos princípios do SUS, afetando negativamente o cuidado prestado.

Diante dessa análise, conclui-se que é imprescindível um novo olhar dos profissionais que atuam na APS, sobretudo da enfermagem, que é frequentemente o primeiro ponto de contato do paciente no serviço de saúde. O enfermeiro, como líder da equipe de enfermagem, desempenha um papel crucial na inclusão de usuários transgêneros, promovendo ações educativas, treinamentos e capacitações voltadas para as especificidades dessa população.

Esta pesquisa espera contribuir para a sensibilização dos profissionais e futuros enfermeiros em relação à população transgênero, bem como para que as instituições de ensino incluam essa temática na grade curricular dos cursos de enfermagem. A ampliação do diálogo no ambiente acadêmico pode favorecer uma melhor compreensão das necessidades de saúde da pessoa trans.

Por fim, o estudo revelou limitações na disponibilidade de artigos que abordem especificamente os cuidados prestados pela equipe de enfermagem à população transgênero em todos os níveis de atenção do SUS. Isso reforça a necessidade de expandir

o debate e fomentar a produção de pesquisas nessa área, promovendo avanços no cuidado e na inclusão dessa população nos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, P. M.; OLIVEIRA, M. G. L. .; COLARES, I. A. .; BRITTO, D. F. .; PEIXOTO, R. A. C. . Saúde Sexual E Reprodutiva De Homens Transgêneros E Mulheres Homoafetivas: Revisão Integrativa. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e35311225676, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25676. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25676>. Acesso em: 3 nov. 2024.
- BATISTA, I. Dos S., & KUMADA, k. M. O. (2021). Análise Metodológica sobre as Diferentes Configurações da Pesquisa Bibliográfica. *Revista brasileira de iniciação científica*, 8, e021029. Recuperado de <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113>
- BRASIL. Ministério da saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 1. Ed. 1. Reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.32 p. [Cited em 2023 jan. 18]. Available from: https://bvsmms.Saude.Gov.Br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.Pdf.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011
- CAMPOS, A. G. de O., *et al.* Preconceito e discriminação sofridos por pessoas transgênero em serviços de saúde: Revisão integrativa da literatura. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 5, p. e26510514590, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i5.14590. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14590>. Acesso em: 3 nov. 2024.
- CAVALCANTE, L. T. C; OLIVEIRA, A. A.S de. Métodos de revisão bibliográfica em estudos científicos. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 26, não. 1, pág. 83- 102, abril. 2020 Disponível em<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 8 de junho. 2024. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100> .
- COFEN - Resolução COFEN nº. 311/2007: Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. –Disponível em < [http:// www.portalcofen.gov,>](http://www.portalcofen.gov,>).
- COSTA NOVO, A. L. “em clínico geral já me estressei, imagina no ginecologista”: perspectivas etnográficas sobre saúde sexual e saúde reprodutiva de homens trans. Vivência: *Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 61, 2023. DOI: 10.21680/2238-6009.2023v1n61ID32294. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/32294>. Acesso em: 8 nov. 2024.
- MACEDO, A. **Identidade de Genero e Orientação Sexual na Pratica Clinica** 2ºEd.Rio de Janeiro:Silabo, LTDA,2024.

DE FREITAS GOMES, Denildo *Et al.* Desafios Éticos Nas Relações Entre Enfermeiro E Transexuais Na Atenção Primária De Saúde. **Research, Society And Development**, V. 10, N. 1, P. E57210112110-e57210112110, 2021.

DOS SANTOS GOMES, Mariana *Et al.* Homens Transexuais E O Acesso Aos Serviços De Saúde: Revisão Integrativa. **Research, Society And Development**, V. 10, N. 2, P. E2110212018-e2110212018, 2021.

DUARTE, DD; QUELUCI, G. de C.; FERREIRA, HC; CHISZOSTIMO, MMO Respectivo De Enfermeiras Em Cuidados Transpessoais. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. l.], v. 9, n. 4, p. e61942845, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i4.2845. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2845>. Acesso em: 15 oct. 2024.

FAGUNDES PEREIRA, Diogo; FERREIRA SIMAS, Lais. O Papel Da Psicologia No Processo Transexualizador do sus: Desafios e impactos sofridos por pessoas transexuais. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 645–668, 2024. DOI: 10.14295/de.v11i2.15923.

Disponível
em:

<https://furg.emnuvens.com.br/divedu/article/view/15923>. Acesso em: 3 nov. 2024.

FERREIRA, Breno De Oliveira *Et al.* “Não Tem Essas Pessoas Especiais Na Minha Área”: Saúde E Invisibilidade Das Populações LGBT Na Perspectiva De Agentes Comunitários De Saúde. RECIIS - **Revista Eletrônica De Comunicação, Informação E Inovação Em Saúde**, Rio De Janeiro, V. 13, N. 3, P. 496-508, Jul./Set. 2019. **Doi**10.29397/Reciis.V13i3.1703

GASTON BECKER, L. .; KOWALSKI K DO N, E. .; TORRES M, N. .; PEREIRA F D, A. .; LYSAKOWSKI, S. .; CAROLLO F, M. T.. Conhecimento Dos Enfermeiros Sobre O Novo Código De Ética Do Profissional De Enfermagem. **Nursing** Edição Brasileira, [S. l.], v. 23, n. 271, p. 5041–5054, 2020. DOI: 10.36489/nursing.2020v23i271p5041-5054. Disponível em: <https://revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1049>. Acesso em: 12 out. 2024.

GOMES, D. de F.; RANGEL, E. T.; SAUTHIER, M. Evidências sobre autonomia e integração dos usuários transexuais em Estratégia de Saúde da Família: revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 88, n. 26, 2019. DOI: 10.31011/reaid- 2019-v.88-n.26-art.2.

Disponível
em:

<https://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/2>. Acesso em: 4 nov. 2024.

Hanauer, Otto Felipe Dias e Hemmi, Ana Paula Azevedo Caminhos Percorridos Por Transexuais: Em Busca Pela Transição De Gênero. *Saúde em Debate* [online]. v. 43, n. spe8 [Acessado 4 Novembro 2024], pp. 91-106. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042019S807>>. ISSN 2358-2898. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S807>.

Leonel G. A.; Silva T. C. da; Vieira I. F. de O.; Calheiros C. A. P.; Terra F. de S.; Nascimento M. C. do; Chini L. T.; Freitas P. S. Consulta de Enfermagem Ginecológica Aos Homens Transgêneros Na Atenção Primária À Saúde. **Revista Eletrônica Acervo**

Saúde, v. 23, n. 9, p. e13988, 4 set. 2023. [acesso em: _04/11/2024_];

Leite JPP, Garcez PC, Nascimento BAC, Silva LB, Elias HC, Santos A. Vulnerabilidade de Transgêneros, Transexuais E Travestis Na Assistência De Saúde. **Rev Enferm Atenção Saúde** [Internet]. 2024 [acesso em: _04/11/2024_]; 13(1): e202402. DOI: <https://doi.org/10.18554/reas.v13i1.6503>.

LIMA, J. C. G. de .*et al.* Conhecimento da Equipe De Enfermagem Frente Ao Paciente Transgênero. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 10, p. e01101018394, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i10.18394. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/18394>. Acesso em: 28 out. 2024.

MARQUES FILHO, E G; *et al.* Despatologização De Gênero No Sistema Único De Saúde: Garantias De Direitos Humanos De Transexuais E Travestis No Brasil. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 55–70, 2021. DOI: 10.17564/2316-3801.2021v9n2p55-70. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/9392>. Acesso em: 4 nov. 2024.

OLIVEIRA, J.P; SPRUNG, L.S. Barreiras Para O Acesso À Saúde Pública Da População Trans No Brasil: Uma Revisão Narrativa. **Femina**. 2022;50(9):560-7.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). (2022). CID-11. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. Recuperado de <https://icd.who.int/en> PAULINO, D. B.; RASERA, E. F.; TEIXEIRA, F. DO B.. Discursos Sobre O Cuidado Em

Saúde De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT) Entre Médicas(os) Da Estratégia Saúde Da Família . **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180279, 2019. Acesso em: 4 nov. 2024

PEREIRA, D.M.R, *et al.* Evidência Científicas Sobre Experiências De Homens Transexuais Grávidos. **Texto Contexto Enferm** [Internet]. 2022 [Acesso em: 3 nov. 2024.]; 31:e20210347. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0347pt>

RIBEIRO COHEN, C., & De TILIO R. (2019). Revisão Sistemática Da Literatura Sobre Atendimentos Em Saúde Pública Sob A Perspectiva De Pessoas Transgêneros. **Salud & Sociedad**, 10(3), 240-254. doi: 10.22199/issn.0718-7475-2019-03- 015

SANTANA, A.D.S; ARAÚJO, E.C; ABREU P.D; LYRA, J; LIMA, M.S; MOURA, J.WS.

Vulnerabilidades em Saúde Das Pessoas Transgênero Profissionais Do Sexo: Revisão Integrativa. **Texto Contexto Enferm** [Internet]. 2021 [Acesso em: 3 nov. 2024.]; 30:e20200475. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0475>

SANTOS, Márcia Cristina Brasil. Aos Trancos E Barrancos: Uma Análise Do Processo De Implementação E Capilarização Do Processo Transsexualizador No Brasil. 2020. 483 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020 Acesso em: 8 nov. 2024.

SILVA, A. R. da .*et al.* O papel do Enfermeiro à População Trans no acesso aos

Serviços de Saúde na Atenção Primária. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 11, p. e551111134009, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i11.34009. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/34009>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SILVA, N. de A., *et al.* Acesso aos serviços de saúde no Brasil por mulheres transexuais: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e27710212497, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.12497. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12497>. Acesso em: 3 nov. 2024.

SILVA, R De J. R Da. Experiências E Vivências Das Pessoas Transgênero Acerca Do Acolhimento Na Atenção Básica. 2020. 70f. Monografia (Bacharelado Em Enfermagem) - Centro De Formação De Professores, Universidade Federal De Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2020.

SOMBRA NETO, L. L.; LUZ, J. H. S. Do transexualismo à incongruência de gênero: a despatologização na evolução das classificações diagnósticas para identidades trans. Diálogos Interdisciplinares. *Psiquiatria e Saúde Mental*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e11992, 2024. DOI: 10.59487/2965-1956-3-11992. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/dipsm/article/view/e11992>. Acesso em: 4 nov. 2024.

VIEIRA, M. da S. .; ARAÚJO, R. C. G. de .; MEDEIROS, D. As dificuldades enfrentadas pela população trans no acesso aos serviços de saúde: uma revisão integrativa de literatura. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 11, n. 12, p. e276111235019, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.35019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35019>. Acesso em: 3 nov. 2024